

Corrupção tem de ser “encarada seriamente”

Comissão parlamentar para rever lei penal deverá ter resultados até Julho, diz Jaime Gama

Pedro Apert



Consensos | Vera Jardim, que preside à nova comissão terá de se desdobrar para conseguir chegar a consensos.

FILOMENA LANÇA*

filomenalanca@negocios.pt

“As percepções que existem e que nos são dadas por inquéritos de entidades internacionais indicam que há um problema de corrupção em Portugal que tem de ser enfrentado seriamente”. O deputado socialista Vera Jardim, que preside desde ontem à comissão eventual parlamentar de acompanhamento do fenómeno da corrupção, prometeu “um contributo muito sério”, com “pouca filosofia” e “coisas concretas”.

Uma resposta ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que momentos antes avisara que espera “não um texto sociológico, mas um conjunto de medidas legislativas que impliquem alterações ao quadro legal” sobre a matéria. E ainda em tempo útil, para que seja possível avançar durante a actual sessão legislativa, que termina no Verão.

Anova comissão eventual foi criada por proposta do PSD e aprovada por unanimidade para discutir ao pormenor as várias alterações à lei penal que estão sobre a mesa – algumas já aprovadas na generalidade, como a criminalização do enriquecimento ilícito ou o levantamento do sigilo bancário – e outras que vão ainda surgir da parte do Governo. Vera Jardim preside e os deputados Pacheco Pereira (PSD) e Filipe Lobo d’Ávila (CDS-PP) assumem a vice-presidência.

A comissão deverá auscultar várias entidades, como o Procurador-Geral da República e o director na-

Não levantarei nenhuma objecção [a uma audição ao ex-deputado João Cravinho], bem pelo contrário.

VERA JARDIM

Presidente da comissão eventual para o acompanhamento da corrupção

cional da Polícia Judiciária, e diversas instituições estrangeiras. Vera Jardim não descartou, também, uma audição ao antigo deputado socialista João Cravinho, autor de um plano de combate à corrupção que, em 2007, o levaria a entrar em rota de colisão com o PS, acabando por abandonar o Parlamento. Cravinho foi, aliás, o primeiro a defender a criminalização do enriquecimento ilícito, medida que ainda hoje o PS continua a criticar, mas que foi já aprovada na generalidade, por proposta do PSD. Esta medida, uma das mais controversas em análise, exigirá um esforço significativo dos partidos para que seja possível chegar a um consenso.

Toda a oposição apresentou já propostas legislativas de combate à corrupção e o Governo deverá fazê-lo no início da próxima semana, data em que serão conhecidas as conclusões do grupo de trabalho criado para estudar a questão. *COM LUSA

A justiça é “cega para os problemas sociais”

o sistema judicial português padece de “uma cegueira” para os problemas sociais e não se vislumbra forma de a tratar, afirmou ontem a directora executiva do Observatório Permanente da Justiça (OPJ), Conceição Gomes. A responsável, que participava num curso de formação sobre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, organizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, sublinhou que a justiça em Portugal “continua tendencialmente a não tratar diferenciadamente o que é diferente”, embora “a igualdade seja tratar diferente o que é diferente”. Citada pela agência Lusa, exemplificou com casos de direito de família, como a regulação da pensão de alimentos, ou de acidente de trabalho, que exigem celeridade diferente porque as crianças precisam de comer diariamente e o sinistrado poderá não dispor de dinheiro para pagar os medicamentos. “É um problema de democracia”, concluiu.